



## **A cadeia de Vila Rica: um diálogo poético entre as “Cartas Chilenas”, um soneto de Alvarenga Peixoto e uma ode inédita de Cláudio Manuel**

### ***The Vila Rica’s Prison: a Poetic Dialogue Between “Cartas Chilenas”, a Sonnet by Alvarenga Peixoto and an Unpublished Ode by Cláudio Manuel***

Carlos Versiani dos Anjos<sup>1</sup>

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Divinópolis, Minas Gerais / Brasil  
carlos.versiani@gmail.com

**Resumo:** Este trabalho busca reconstituir um diálogo literário entre os três maiores poetas que habitavam a capitania de Minas Gerais na década de 1780, e que estiveram implicados na chamada Conjuração Mineira. Diálogo este que se fez tendo como enredo poético comum a crítica à construção do prédio da Cadeia, em Vila Rica, um projeto empreendido pelo governador Luís da Cunha Menezes, cujo governo se caracterizou pelo desmoronamento das redes de poder local a que os mesmos poetas pertenciam, como naturais da colônia e magistrados do Império português. Os trechos aqui apresentados, para *revelação* deste inusitado diálogo, foram extraídos das “Cartas chilenas” (autoria de Tomás Antônio Gonzaga); de um poema de Alvarenga Peixoto encontrado em miscelânea da Biblioteca de Évora; e de uma ode ainda inédita de Cláudio Manuel da Costa, que integra um códice da Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa.

**Palavras-chave:** poesia; história; política; Minas Gerais; Arcádia Ultramarina.

**Abstract:** This paper seeks to reconstruct a literary dialogue between the three greatest poets who inhabited the captaincy of Minas Gerais in the 1780s, and who took part in the so-called Conjurament Mineira. Such dialogue was established having as a common poetic plot the criticism of the prison building, in Vila Rica, a project undertaken by the governor Luís da Cunha Menezes, whose government was characterized by the

---

<sup>1</sup> Trabalho desenvolvido como bolsista da CAPES, com bolsa de Doutorado Sanduíche em Portugal, no ano de 2013.

collapse of the networks of local power to which the same poets belonged, as natives of the colony and as magistrates of the Portuguese Empire. The excerpts presented here, revealing this unusual dialogue, were extracted from “*Cartas Chilenas*” (written by Tomás Antônio Gonzaga); from a poem of Alvarenga Peixoto which has been found in a miscellany of the Évora Library; and from an ode of Cláudio Manuel da Costa, still unpublished and included in a codex of the National Library of Portugal, in Lisbon.

**Keywords:** poetry; history; politics; Minas Gerais; Arcadia Ultramarina.

## **1 A “República das Letras” ao tempo de D. Rodrigo de Menezes (1780-83)**

Em fevereiro de 1780, aportou em terras brasílicas o fidalgo nomeado para o governo de Minas Gerais, D. Rodrigo de Menezes, o Conde de Cavaleiros. Foi o primeiro governante da capitania a vir acompanhado da esposa e dos filhos, para uma permanência de quase quatro anos.<sup>2</sup> À época da sua chegada, residiam em Minas os árcades Inácio José de Alvarenga Peixoto, então Ouvidor da Comarca do Rio das Mortes; Manuel Inácio da Silva Alvarenga, exercendo a advocacia na Vila de São João Del Rei; Cláudio Manuel da Costa, advogado, ex-secretário de governo e senador, que em 1781 voltaria como Juiz à câmara de Vila Rica. A estes se juntaria, ao final de 1782, o poeta Tomás Antônio Gonzaga, então nomeado Ouvidor Geral da Comarca de Vila Rica. Estes árcades, ocupando postos de destaque na administração da capitania, além de outros intelectuais e letrados de expressão, estabeleceriam durante o período de governo de D. Rodrigo uma rede política consistente, que encontrava amparo em ações do dito governador, em projetos que apontavam no rumo de uma maior autonomia administrativa da Capitania.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Um dos filhos, Manuel José Rodrigues, nascera na travessia da Europa para a América, a bordo da Nau Gigante, que trazia o governador; os outros (Gregório, Diogo e Eugênia) contavam, respectivamente, 11, 7 e 4 anos. Há notícias de dois outros filhos, Pedro e Antônio, que faleceram muito novos, provavelmente antes da saída de D. Rodrigo de Portugal. D. Isabel José de Menezes e José Tomás de Eça Menezes seriam mineiros, nascidos quando da estadia de D. Rodrigo e esposa na capitania de Minas Gerais. Ver: D. RODRIGO.

<sup>3</sup> D. Rodrigo demonstraria ter uma compreensão estrutural da economia e da sociedade mineira, muitas vezes ignorada ou negligenciada pela distante metrópole. Em sua corajosa “Exposição” de 1780, feita no mesmo ano em que tomou posse no governo das Minas, encontramos uma manifestação otimista e lúcida das potencialidades existentes

Ao tempo de D. Rodrigo de Menezes, as relações poéticas e políticas entre os árcades ultramarinos aprimoravam-se, traduzidas também em muitos diálogos literários. Buscamos entendê-los como uma vivificação real da Arcádia Ultramarina, de que se anunciara a criação 12 anos antes. Agora, a academia literária estaria restaurada num contexto próximo à construção ideal da denominada República das Letras: categoria apropriada dos antigos pelo arcadismo do século XVIII, como indicação do desenvolvimento de uma relação compartilhada entre os poetas e o Estado, na constituição política e cultural da sociedade. O governador realmente estabelecera, com a rede de letrados e poetas locais, que ocupavam importantes postos administrativos, uma parceria que envolvia não apenas a troca de favores, de mercês, mas a partilha de ideias políticas sobre a direção econômica e cultural que deveria seguir a Capitania de Minas. D. Rodrigo receberia comumente os letrados de Minas em seu Palácio, não apenas para despachos administrativos, mas para encontros festivos, literários. Assim dão a conhecer trechos de poemas dos árcades ultramarinos, como no Canto I, vv. 187-193, das “Cartas chilenas”:

Ajuntavam-se os grandes desta terra  
À noite, em casa do benigno chefe  
Que o governo largou. Aqui, alegres,  
Com ele se entretinham largas horas.  
Depostos os melindres da grandeza,  
Fazia a humanidade os seus deveres  
No jogo e na conversa deleitosa (PROENÇA FILHO, 1996, p. 802).

Conforme se apreende do trecho acima das “Cartas chilenas”, o Palácio do Governador em Vila Rica, no alto do antigo Morro de Santa Quitéria, atual Praça Tiradentes, se abria então em ocasiões festivas informais, nas quais os “grandes da terra”, despidos dos escrúpulos e etiquetas hierárquicas, se deleitariam nos jogos e prosas amenas. Mas ali se realizariam também encontros solenes, em que os magistrados, ocupando lugares de destaque na sociedade, desfilariam seus dotes poéticos. Os aniversários de D. Maria José Ferreira d’Essa e Bourbon,

---

na sociedade mineira colonial. As propostas de D. Rodrigo se enquadrariam dentro de um projeto modernizador, buscando captar o caráter autônomo de mudanças já em curso nas Minas. O governador proporia, literalmente, entre outras ações, a criação de um Correio na capitania, a instalação de uma Casa da Moeda e o estabelecimento de uma fábrica de ferro (Cf. RAPM, 1897).

esposa do governador, acabariam se tornando as ocasiões mais propícias para a realização de verdadeiros saraus literários, dos quais participariam os principais poetas árcades que então viviam na colônia americana do Império Português: Cláudio Manuel, Alvarenga Peixoto, Silva Alvarenga e Tomás Antônio Gonzaga.

A atividade literária nesses círculos palacianos significaria, na prática, o ressurgimento da Arcádia em Minas. Repetimos aqui a constatação de Sérgio Buarque de Holanda, que analisando a interação e os encontros entre os poetas árcades ao tempo de D. Rodrigo, afirmara que a “Arcádia Ultramarina achava-se mais viva, de fato, do que ao tempo do conde de Valadares” (HOLANDA, 1991, p. 246). Se tomarmos, como medida dessa atividade, o número de composições poéticas dedicadas a D. Rodrigo e seus familiares, daremos razão ao pesquisador. Só Cláudio Manuel dedicou nada menos que 16 poemas à família do governador; Gonzaga e Silva Alvarenga contribuíram com dois poemas ao natalício de D. Maria José; e Alvarenga Peixoto produziu o seu poema de maior fôlego, o “Canto genetliaco”, dedicado ao filho brasileiro de D. Rodrigo.

D. Rodrigo de Menezes, apesar de ter chegado ao governo de Minas após a morte de D. José I, e o conseqüente afastamento do Marquês de Pombal, seria o último e talvez o maior representante daquele modelo de administração que se pretendia intrinsecamente ajustado às contingências e interesses regionais da Capitania. As reformas políticas implementadas na colônia por Pombal, e especificamente na Capitania de Minas, a partir da década de 1760, tinham como um dos fundamentos o crescimento da participação da elite local (dos letrados mineiros) em postos administrativos.<sup>4</sup> Mas aos poetas magistrados,

---

<sup>4</sup> As reformas compreendiam dois pressupostos básicos: racionalizar e centralizar todo o serviço fazendário, na tentativa de tornar mais rigorosa a fiscalização, e combater o extravio; investir no crescimento da participação da elite local nos postos administrativos, aumentando assim os laços de vassalagem e a fidelidade política à Coroa. As reformas, dentro destes dois campos precípuos, foram efetivamente implantadas, mas sem que se alcançassem os objetivos principais visados pela Coroa na sua implantação, quais sejam: a diminuição do extravio, e o fomento dos princípios da subserviência colonial à metrópole. Desta opinião compactua Kenneth Maxwell, para quem “a participação dos grupos locais no próprio mecanismo governamental não daria como resultado obrigatório o fortalecimento dos vínculos naturais entre metrópole e colônia. Na verdade, sendo divergentes as motivações econômicas, dava-se exatamente o oposto” (MAXWELL, 2001, p. 399).

egressos das universidades europeias, que passavam então a ocupar vários cargos administrativos na Capitania, interessaria não apenas as benesses econômicas oriundas da sua situação política, mas também o estabelecimento de uma nova ordem social, em que se vissem, enquanto letrados, interlocutores privilegiados do poder: naquilo que, mais literária que politicamente, se denominaria como uma República das Letras.

Conforme assinala Laura de Mello e Souza (2006, p. 148-181), o desejo de “enobrecimento” destes letrados, para além da obtenção de títulos próprios da lógica do Antigo Regime, pressupunha o desejo de reconhecimento do mérito, do talento, dos “dons do espírito”, que assinaria sua inscrição no mundo culto e “civilizado”. Este seria o contexto da relação íntima entre os ilustrados de Minas e os governadores, desde Luiz Diogo Lobo da Silva, mas que atingiria o ápice durante o governo de D. Rodrigo de Menezes.<sup>5</sup> E nas solenidades festivas, que se abriam às sessões acadêmicas poéticas, os árcades teriam a oportunidade de expressar o seu contentamento e a esperança de prosseguimento desta partilha entre o poder central, na figura do governador, e as redes de poder local, às quais estavam associados. Foi este também o caso do concorrido batizado de José Tomás de Menezes, o filho brasileiro de D. Rodrigo, no segundo semestre de 1782, que mereceu saudações poéticas de Cláudio Manuel e Alvarenga Peixoto.<sup>6</sup>

## 2 O projeto “recolonizador” de Cunha Menezes e as “Cartas chilenas”

O período do governo de D. Luís da Cunha Menezes (1784-1788) na capitania de Minas Gerais, sucessor ao governo de D. Rodrigo, se caracterizará pela fragmentação do *status quo* conquistado pelas redes de poder local, que tinha se cristalizado durante os cinco governos anteriores da capitania, ocasionando a derrubada de códigos de conduta

---

<sup>5</sup> Na sua biografia de Cláudio Manuel, Laura de Mello e Souza (2011) traz muitas informações novas sobre as relações do poeta com as atividades econômicas e com o poder administrativo da capitania.

<sup>6</sup> Em carta endereçada a D. Rodrigo de Menezes, de 6 de setembro de 1782, o missivista José Joaquim de Siqueira mandava cumprimentos para a D. Maria José, aludindo à “gente nova”, que nascera naqueles dias. (LAPA, 1960, p. XLI). O batizado de D. José Tomás teria, portanto, ocorrido, como era usual naqueles tempos, poucas semanas depois, certamente no segundo semestre de 1782.

e hierarquias antes estabelecidas.<sup>7</sup> Sob as dubiedades de um governo empreendedor, mas extremamente autoritário e militarizado, setores letrados e intelectuais da sociedade, desgostosos com a perda de influência e poder em relação ao período anterior, e conhecedores das potencialidades econômicas e culturais daquela terra, passariam cada vez mais a refletir politicamente sobre a distância entre o que ecoava do poder metropolitano e a realidade socioeconômica local.<sup>8</sup> As instruções régias de 1785, proibindo toda a sorte de atividades autônomas e manufaturadas da Capitania, totalmente inversas ao ritmo do desenvolvimento político e econômico interno, só acentuariam esta reflexão.

Dentro desse fogo cruzado, estariam os poetas árcades, que utilizaram sua poesia, no gênero mais convencionalmente associado à crítica, que é a sátira, para se colocar contra o rumo das novas relações políticas. Ao final do governo de Cunha Menezes começariam então a circular em Vila Rica, anônimas e manuscritas, as “Cartas chilenas”, poema satírico contendo fortíssimas críticas às supostas mazelas e desmandos do governador, então cognominado pelo poeta de *Fanfarrão Minésio*. Hoje não existe mais dúvida de que foi autor das 13 Cartas (a última delas inacabada) Tomás Antônio Gonzaga, sob o pseudônimo de Critilo; sendo também incontestado que a Cláudio Manuel (o interlocutor Doroteu) coube escrever a “Epístola a Critilo”, após ter lido a primeira série de sete cartas.<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> Consideramos que o fortalecimento maior das redes locais tenha se dado a partir do governo de D. Luís Diogo Lobo da Silva (1763-1768), passando por José Luís de Menezes (o Conde de Valadares), Antônio Carlos Furtado de Mendonça, D. Antônio de Noronha, até chegar a D. Rodrigo José de Menezes (1779-1783).

<sup>8</sup> Exemplo da forma autoritária como Cunha Menezes tratava os magistrados a ele subordinados está neste trecho da carta dirigida a Joaquim Antônio Gonzaga, primo do poeta Gonzaga, então ouvidor da Comarca do Serro Frio: “Eu sou o único Governador, e Capitão General, que há presentemente nesta capitania com superior jurisdição a todos os mais Lugares, não só nessa sua Comarca, mas em todas as quatro que pertence a esta capitania, e que posso como tal mandar prender por quem me parecer em toda esta Capital a todo o Vassallo de Sua Majestade, que fizer por donde desde o mais pequeno até o maior, e de qualquer grau, ou jurisdição [...]” (APM, SC, cód. 240).

<sup>9</sup> As “Cartas” foram escritas em dois lances, ou séries. O manuscrito de Saturnino da Veiga (que era mestre-escola na Rua do Ouvidor, onde vivera Gonzaga, e em 1813 teria aberto uma loja de livros), teve como base dois apógrafos que estavam em suas mãos: um com a primeira série, até a 7ª carta, além da “Epístola” de Cláudio Manuel;

Mas, ainda que se tenha certeza da autoria de Gonzaga, é bem provável que as “Cartas chilenas” fossem, frequentemente, lidas e emendadas, em reuniões do núcleo dos poetas árcades: Gonzaga, Cláudio Manuel e Alvarenga Peixoto. Mesmo porque a prática recíproca de leitura e proposição de emendas em obras dos parceiros seria usual entre os árcades ultramarinos. É o que atestam depoimentos como o de Gonzaga, que numa das respostas firmadas nos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, afirmara expressamente “que o Doutor Cláudio Manuel da Costa [...] estava lendo e emendando as poesias do réu respondente” (ADIM, 1978, v. IV, p. 259-60). Nos *Autos de Devassa*, encontra-se também uma carta anônima de outubro de 1789, endereçada à Cidade do Porto, que relata a existência de “uns pasquins que – com bastante desaforo e sem justa causa – apareceram em público contra o General” (ADIM, 1978, v. IX, p. 33-34). Segundo o missivista, tais pasquins foram encontrados entre os pertences de Cláudio Manuel da Costa.

As “Cartas chilenas” teriam sido escritas entre meados de 1788 e início de 1789, já no governo do Visconde de Barbacena. Neste mesmo período, as conversas sobre um possível levante em Minas se articulavam, configurando-se realmente um plano de sedição, que seria abortado antes mesmo da sua deflagração. Destas reuniões políticas participariam ativamente os três poetas árcades, e ali se misturava a poesia à política. Em uma das principais reuniões sediciosas em casa do Tenente Coronel Paula Freire, conforme o mesmo Gonzaga, Alvarenga Peixoto pôs-se a “repetir umas oitavas feitas ao batizado do filho do Exmo. D. Rodrigo” (ADIM, 1978, v. IV, p. 267). Tratava-se, sem dúvida, do “Canto genétiaco”, escrito sete anos antes, e que agora bem serviria aos propósitos políticos daquelas reuniões.

Independente das motivações políticas, em vários depoimentos dos *Autos* há a confirmação de que os poetas e outros intelectuais realizavam, nas suas próprias casas, reuniões também de cunho literário. Na verdade, esta se constituiria uma terceira fase do chamado movimento arcádico ultramarino em Minas Gerais, em que as antigas sessões no ambiente palaciano se deslocariam para as residências particulares.

---

outro com o restante, até a 13ª carta, inacabada. O primeiro apógrafo é ainda do século XVIII e, ao final, existe a anotação da data: “Va. Rica, 9 de Febro 1789”, e do nome: “Tomas Anto Gonzaga”. O segundo apógrafo seria de 1804. Essas informações estão documentadas em Tarquínio de Oliveira (1972, p. 20-21).

Podemos citar, como testemunho disto, o depoimento de Cláudio Manuel, que ao se declarar amigo íntimo e particular de Gonzaga, confirmaria que “sempre estavam familiarmente um em casa do outro, comunicando-se com a lição dos seus versos e do mais que ocorria” (ADIM, 1978, v. II, p. 123). Ou citar a Lira XII de Gonzaga, do seu *Marília de Dirceu*, escrita pelo poeta já na prisão da Ilha das Cobras, ainda não sabedor da morte do amigo Cláudio Manuel:

Quando vires igualmente  
Do caro Glauceste a choça,  
Onde alegres se juntavam  
Os poucos da escolha nossa,  
Pondo os olhos na varanda  
Tu dirás de mágoa cheia:  
“Todo o congresso ali anda,  
Só o meu amado não” (PROENÇA FILHO, 1996, p. 642-43).

### 3 A cadeia de Vila Rica e o “diálogo poético” entre Cláudio Manuel, Alvarenga Peixoto e Tomás Antônio Gonzaga

Para exemplificar esta articulação poética e política entre os poetas árcades que então viviam em Minas, tomamos o tema de que trata as cartas 3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup>, da obra *Cartas chilenas*, “em que se contam as injustiças e violências que Fanfarrão executou por causa de uma cadeia, a que deu princípio” (OLIVEIRA, 1972, p. 88-114). Nestas cartas, Critilo se põe a narrar a corrupção e o arbítrio com que teria sido executado o projeto da cadeia; a penalização dos escravos e “vadios” que trabalharam na construção; o momento inapropriado para a realização deste megaprojeto, em tempos de decadência aurífera e financeira da capitania. Seleccionamos alguns trechos das *Cartas*, para realizar um contraponto com poemas de Alvarenga Peixoto e Cláudio Manuel: um soneto de Alvarenga que versa sobre o mesmo tema, encontrado em miscelânea da Biblioteca de Évora (TOPA, 1998, p. 55-56); e uma ode inédita de Cláudio Manuel, intitulada “Vaidade humana”, que integra o *Manual de obras*, códice encontrado na Biblioteca Nacional de Lisboa. Faremos aqui este exercício de diálogo, a partir das obras citadas (mantendo a sequência original das estrofes e versos dos três poemas que aqui dialogam), tentando com isso aproximarmos de trocas que efetivamente ocorreriam em reuniões literárias dos árcades.



Critilo assim inicia, nos versos 66-71 da 3ª Carta, a narração dos eventos sobre a construção da Cadeia:

Pretende, Doroteu, o nosso Chefe  
Erguer uma Cadeia majestosa,  
Que possa escurecer a velha fama  
Da Torre de Babel e mais dos grandes,  
Custosos edifícios, que fizeram,  
Para sepulcros seus os Reis do Egito. (OLIVEIRA, 1972, p. 89)<sup>10</sup>

Responde então Doroteu,<sup>11</sup> no fictício, mas factível, diálogo poético, através do poema “Vaidade humana”, escrito muito provavelmente na mesma época. Como na estrofe de Gonzaga, o tema é a vaidade dos grandes, em eternizar sua glória na construção de grandes templos e monumentos:

Babilônia vaidosa,  
Mênfis soberba, eu vejo, que ambiciosa  
De eternizar teu fausto entre os humanos,  
Tu, da grandeza, e da opulência exemplos,  
A Serapis, e a Belo ergues os Templos.<sup>12</sup>

Nota-se, nestes versos iniciais da ode, a repetição da referência aos templos do Egito: Serápis é uma divindade sincrética helenístico-egípcia, cujo templo maior situava-se em Alexandria, antiga Mênfis;

---

<sup>10</sup> Utilizamos como fonte para os versos das “Cartas chilenas” do apógrafo mais antigo existente do poema, como está transcrito na publicação de Tarquínio de Oliveira. Atualizamos a ortografia para as normas atuais da Língua Portuguesa, mas mantivemos os termos em letra maiúscula do apógrafo. Como todos os versos transcritos das “Cartas chilenas” referem-se à mesma publicação, limitaremos a indicar, a partir daqui, apenas a sua numeração.

<sup>11</sup> Nas “Cartas chilenas”, Tomás Antônio Gonzaga se refere ao seu interlocutor, que seria Cláudio Manuel, como Doroteu. E este, na “Epístola” responsiva às cartas, se refere a Gonzaga como Critilo. Na apresentação deste “diálogo”, resolvi conservar os dois codinomes, embora os mesmos não constem da ode “Vaidade humana”.

<sup>12</sup> Transcrito do *Manual de obras*, livro manuscrito com inéditos de Cláudio Manuel da Costa, Setor de Reservados da Biblioteca Nacional, códice 11438, p. 21, vv 1-5. Como todas as transcrições dos versos da ode “Vaidade humana” tiveram como referência o mesmo códice, limitaremos a indicar, a partir daqui, apenas a numeração dos versos transcritos.

Belo, pai mitológico de Egito, filho de Poseidon e de Líbia. Continua então Critilo, nos versos 72-76 da 3ª Carta, ironizando a imortalidade pretendida pelo governante, com a construção do monumento da cadeia, que não teria o reconhecimento dos povos, que jamais lhe consagrariam alguma estátua equestre, algum busto com seu nome:

Talvez, prezado Amigo, que imagine  
Que neste monumento se conserve  
Eterna a sua glória, bem que os povos  
Ingratos não consagrem ricos bustos  
Nem montadas estátuas ao seu nome.

Doroteu confirma, nos versos 25-30 da ode, a efemeridade da fama dos monumentos de pedra, como “cadáveres” da memória, de que o “caminhante” do futuro saberia apenas designar o nome, mas passaria adiante:

No cadáver das pedras a grandeza  
Descobre o que seria:  
Votos que o desengano em ti recebe  
Só a ideia percebe;  
Aqui foi Mênfis, diz o caminhante;  
Ali foi Babilônia, e passa avante.

Critilo passa então, na mesma sequência (Carta 3ª, vv. 77-81), a usar a retórica do sofrimento impingido aos povos na “empresa” da cadeia, que não serviriam de glória ao seu mentor, mas de condenação:

Desiste, louco Chefê, dessa empresa;  
Um soberbo edifício levantado  
Sobre ossos de inocentes, construído  
Com lágrimas dos pobres, nunca serve  
De glória ao seu autor, mas, sim, de opróbrio.

Doroteu (vv. 31-32) prossegue, realçando a loucura e efemeridade de tais glórias:

Mortais, vossa loucura  
É só o que nas vossas obras dura;

Critilo então, nos versos 82-85, começa a detalhar o projeto, até reconhecendo o mérito do gênio do projetista, mas condenando sua construção em época de decadência das Minas:

Desenha o nosso Chefe, sobre a banca,  
Desta forte Cadeia o grande risco,  
À proporção do gênio e não das forças  
Da terra decadente, aonde habita.

Doroteu, como filósofo mais radical, condena, na sequência (vv. 33-40), o próprio gênio que projeta os monumentos para a sua fama, independente da forma que ele tome:

Pouco importa, que artífice perito  
Do cinzel, ou da lima esgote o empenho;  
Que no Dórico rasgo, ou no desenho  
Do Coríntio esquisito  
Consagre ao tempo os monumentos raros;  
Vós, ó dentes avaros,  
Devorais insensíveis tudo quanto  
Se armara para o gosto, e para o espanto.

Neste trecho da ode também se revela o conhecimento arquitetônico do sempre erudito Cláudio Manuel, expressando um desprezo pessoal pelo “esquisito coríntio”, estilo derivado do jônico na antiguidade clássica. Nota-se que deste estilo são também as colunas do pórtico do prédio construído por Cunha Menezes em Vila Rica. A seguir (vv. 86-90), Critilo prossegue na crítica da distância entre a “máquina tamanha” e as residências simples de Vila Rica, mesmo aquelas em que habitavam os “grandes”:

Ora, pois, doce amigo, vou pintar-te  
Ao menos o formoso frontispício;  
Verás, se pede máquina tamanha  
Humilde povoado, aonde os Grandes  
Moram em casas de madeira a pique.

Doroteu, nos versos seguintes (vv. 41-45), parece aquiescer esta crítica, ao se apoiar no bucolismo arcádico para censurar a falsa glória que adviria da construção dos monumentos:

Quão pouco é necessário  
À nossa habitação! No giro vário  
Do mundo, que em costumes degenera  
É que achou nossa errada fantasia  
As altas torres, que erigir devia.

Depois de descrever com minúcias os exageros arquitetônicos do Fanfarrão Minésio, Critilo, mais cartesiano do que Doroteu, usa, nos versos 121-125 da 3ª Carta, do mesmo argumento deste, evocando também o bucolismo das “toscas choças”, que não deveriam fazer “sofrer” nem “os soberbos palácios, nem a Corte”:

Na sábia proporção é que consiste  
A boa perfeição das nossas obras.  
Não pede, Doroteu, a pobre aldeia  
Os soberbos Palácios, nem a Corte  
Pode também sofrer as toscas choças.

Doroteu, já quase finalizando a sua ode (vv. 114-120), profetiza contra a vaidade dos grandes, que com isto atrairiam fatalmente sua ruína, assim como ocorria no castigo do destino aos heróis mitológicos:

Edificai Palácios, vós, que a pele  
Prezais entanto, do Carneiro de Hele;  
Mas vede, que com isto  
Dais ao tirano, que inda Roma acusa  
As chamas, em que a Musa  
Do cantor grego se deleita, enquanto  
O Simoenta ardia, e ardia o Xanto.

O Carneiro de Hele, na Mitologia Grega, era um carneiro voador feito com lã de ouro. Simoenta é o nome de um rio próximo à cidade de Tróia; Xanto, um dos rios da antiga província romana da Lícia; ambos arderam em fogo e foram cantados nos poemas homéricos. Na sua ode, em rico jogo metonímico, Cláudio Manuel diz do apreço que os grandes têm pelo ouro, pelas riquezas materiais, atraindo com isso para si as mesmas chamas, com que os deuses também castigaram os rios, nos poemas de Homero. A vaidade, o arbítrio e a corrupção de Cunha Menezes seriam então pintadas por Critilo nos versos seguintes da sua Carta 3ª (vv. 126-137), que voltam a falar da violência e dos sacrifícios impostos à população:

Para haver de suprir o nosso Chefe  
Das obras meditadas as despesas,  
Consome do Senado os rendimentos  
E passa a maltratar ao triste povo  
Com estas nunca usadas violências.

Quer cópia de forçados, que trabalhem  
Sem outro algum jornal, mais que o sustento,  
E manda a um bom Cabo que lhe traga  
A quantos Quilombolas se apanharem  
Em duras gargalheiras. Voa o cabo,  
Agarra a um, e outro, e num instante  
Enche a Cadeia de alentados negros.

E quando o assunto se volta para o suplício da população escrava e pobre, introduz-se no diálogo poético outro interlocutor, Alvarenga Peixoto. O poeta já homenageara, no “Canto genérfico”, o trabalho duro dos escravos, e, agora, com um soneto, retorna ao tema, descrevendo abusos cometidos por Cunha Menezes na construção da Cadeia:

Chia de dia pela rua o carro,  
Tine de noite da corrente o ferro;  
Aqui me estruge do soldado o berro,  
Acolá ronca do oficial o escarro. (TOPA, 1998, p. 55)

Critilo (Carta 4ª, vv. 52-59):

Mal o duro Inspetor recebe os presos  
Vão todos para as obras; alguns abrem  
Os fundos alicerces; outros quebram  
Com ferros, e com fogo, as pedras grossas.  
Aqui, prezado Amigo, não se atende  
Às forças nem aos anos. Mão robusta  
De atrevido soldado move o relho,  
Que a todos igualmente faz ligeiros.

Alvarenga:

Uns trabalham na cal, outros no barro,  
Fugiu a vadiação, pôs-se em desterro;  
O soldado ali faz justiça ao erro,  
E a cada canto com galés esbarro.

Nas próximas sequências, tanto Critilo quanto Alvarenga abordam a forma corrupta com que se fariam as “loterias” para paga dos mantimentos, e o arbítrio imposto aos tropeiros. Estes, além de serem obrigados à venda dos produtos abaixo do preço, teriam suas carroças sequestradas para o transporte dos blocos de pedras de cantaria que sustentariam o edifício:

Critilo (Carta 4<sup>a</sup>, vv. 219-229):

Para se sustentarem os forçados,  
 Os gêneros se compram com bilhetes,  
 Que paga o Tesoureiro, quando pode;  
 E sobre esta fiança inda se tomam  
 Por muito menos preço, do que correm.  
 As tropas, que carregam mantimentos,  
 Apenas descarregam, vão, de graça,  
 À distante Caieira, com soldados  
 Buscar queimada pedra. Daqui nasce  
 Os tropeiros fugirem, e chorarmos  
 A grande carestia do sustento.

Alvarenga:

Não há milho, feijão, não há farinha,  
 O roceiro de medo a tropa arreia,  
 A nova loteria se avizinha.  
  
 Vê-se a porta de mendigos cheia,  
 E perguntada a causa desta tinha,  
 Toda a gente me diz: «← Faz-se a cadeia».

Ao final da Carta 4<sup>a</sup>, Critilo assume, na primeira pessoa, como missão da sua poesia (talvez metaforizando aqui também a ação política de Gonzaga), levar às gerações futuras o conhecimento de todas as penúrias em troca do que a fama de grande empreendedor e projetista de Cunha Menezes estaria sendo construída:

Ora pois, louco Chefe, vai seguindo  
 A tua pretensão: trabalha, e força  
 Por fazer imortal a tua fama;  
 Levanta um edifício em tudo grande;  
 Um soberbo edifício, que desperte  
 A dura emulação na própria Roma.  
 Em cima das janelas, e das portas  
 Põe sábias inscrições, põe grandes bustos,  
 Que eu lhes porei, por baixo, os tristes nomes  
 Dos pobres inocentes, que gereram  
 Ao peso dos grilhões; porei os ossos  
 Daqueles, que os seus dias acabaram,

Sem Cristo, e sem remédios, no trabalho.  
E nós, indigno Chefe, e nós veremos  
A quais destes padrões não gasta o tempo.

Nos dois últimos versos acima, o narrador expõe sua opinião quanto à prevalência da perenidade da poesia sobre a efemeridade das construções materiais. É quando Doroteu volta ao debate, e faz soar também o seu veredito final, nos derradeiros versos do poema “Vaidade humana” (vv. 139-140), relativizando a importância do arbítrio do poder, que não implicaria necessariamente em grandeza de virtude:

Pouco importa, que sobre a Terra mande:  
Pode Alexandre ser, mas não ser grande.

Este foi um pequeno exercício demonstrativo do diálogo literário existente, como assinalado no início deste artigo, entre os poetas árcades de Minas, nos últimos embates da Arcádia Ultramarina. Não temos dúvida de que as “Cartas chilenas” circulassem manuscritas, pelo menos entre o seletto grupo de poetas e letrados, e que as trocas poéticas se realizassem. Também não temos dúvida de que nos trechos transcritos da ode de Cláudio Manuel estaria metaforicamente presente a crítica à construção do monumento da Cadeia em Vila Rica, o que resta comprovado com as muitas “coincidências” com a 3ª e 4ª carta da sátira de Gonzaga. O nosso ofício de historiadores da literatura não nos permite o uso de “bolas de cristal” para formular hipóteses, mas cobra-nos a responsabilidade de, à vista de tantos rastros na leitura interna e externa dos poemas, ter a coragem de conjecturar o que é perfeitamente factível e verossímil, ainda que não comprovado por testemunhos oculares, ou impressos.

A humanidade nunca lerá um documento que comprove “factualmente” que o diálogo que editamos tenha existido. Tampouco há a necessidade da onipresença desse demiurgo que diga: “Sim, existiu este diálogo relacionado à construção da Cadeia de Vila Rica, entre a ‘Vaidade humana’ de Cláudio Manuel e a 3ª e 4ª Carta de Gonzaga, eu estava lá e vi...”. Porque os poemas, mais que qualquer “documento oficial”, são capazes de operar e transmitir essa compreensão. O mesmo raciocínio serve para o dilema da existência “material” da Arcádia Ultramarina. Para nós, tanto do ponto de vista da Crítica Literária como da História da Literatura, mais importante que um documento que traga a informação de que determinados poetas se reuniram para traçar um estatuto porque se regesse sua Academia, de que se registraram oficialmente tantas e

quantas reuniões, é aquilo que se pode apreender, através do diálogo entre suas obras, como fundamento daquele projetado movimento literário.

## Referências

ADIM – Autos de Devassa da Inconfidência Mineira. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978. v. 2, 4, 9.

APM – Arquivo Público Mineiro. Carta do Governador Cunha Menezes a Joaquim Antônio Gonzaga, ouvidor da Comarca do Serro Frio. SC, cód. 240.

COSTA, C. M. A vaidade humana. In: MANUAL de obras, livro manuscrito com inéditos de Cláudio Manuel da Costa. Lisboa: Setor de Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa, [s.d.]. Códice 11438, p. 21-27.

D. RODRIGO José António de Menezes, 1º conde de Cavaleiros. In: *Geneall*. Disponível em: <<https://geneall.net/pt/nome/24333/d-rodrigo-jose-antonio-de-menezes-1-conde-de-cavaleiros/>>. Acesso em: 19 dez. 2014.

HOLANDA, S. B. de. *Capítulos de Literatura Colonial*. Organização de Antônio Cândido. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LAPA, M. R. *Vida e obra de Alvarenga Peixoto*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1960.

MAXWELL, K. As causas e o contexto da conjuração mineira. In: FURTADO, Júnia (Org.). *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império ultramarino português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. p. 389-413.

MELLO E SOUZA, L. de. *Cláudio Manuel da Costa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MELLO E SOUZA, L. de. Nobreza de sangue e nobreza de costume: ideias sobre a sociedade de Minas Gerais no século XVIII In: \_\_\_\_\_. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 148-181.

OLIVEIRA, T. de. *Cartas chilenas: fontes textuais*. São Paulo: Referênciã, 1972.



PROENÇA FILHO, D. (Org.). *A poesia dos inconfidentes: poesia completa de Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.

RAPM – Revista do Arquivo Público Mineiro. Exposição do governador D. Rodrigo José de Menezes sobre o estado de decadência da Capitania e meios de remedia-la. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 2, fasc. 2, p. 311-327, 1897.

TOPA, F. *Quatro poetas brasileiros do período colonial: estudos sobre Gregório de Matos, Basílio da Gama, Alvarenga Peixoto e Silva Alvarenga*. Porto: Editora do Autor, 1998.

Recebido em: 01 de março de 2018.

Aprovado em: 21 de maio de 2018.

## APÊNDICE

COSTA, C. M. A vaidade humana. In: MANUAL de obras, livro manuscrito com inéditos de Cláudio Manuel da Costa. Lisboa: Setor de Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa, [s.d.]. Códice 11438, p. 21-27. Atualizamos a ortografia para as normas gramaticais atuais, preservando a pontuação e as maiúsculas do texto original.

### A vaidade humana

#### 1

Babilônia vaidosa,  
 Mênfis soberba, eu vejo, que ambiciosa  
 De eternizar teu fausto entre os humanos,  
 Tu, da grandeza, e da opulência exemplos,  
 A Serápis, e a Belo ergues os Templos;<sup>13</sup>  
 E tu, vencendo os danos  
 Do tempo gastador, em cópias de ouro,  
 Consomes o Tesouro,  
 Que das nações estranhas trouxe a Espada  
 Dos teus Palácios na gentil fachada.

#### 2

Mas que pouco acredita  
 A prudência mortal tudo o que excita,  
 A admiração, e o espanto em teus Altares,  
 E nos teus Mausoléus! As mugidoras,  
 Bárbaras Divindades, que já foras  
 Honrando tutelares  
 Nas mesmas aras onde acharam culto  
 Vem suceder o insulto;  
 E vem no mesmo estrago confundidas  
 Teus Monarcas e as Urnas mais luzidas.

---

<sup>13</sup> Serápis, divindade sincrética helenístico-egípcia, cujo templo maior situava-se em Alexandria, antiga Mênfis. Belo, Rei mitológico egípcio, filho de Poseidon e Líbia, pai de Egito.

3

Tudo levou o ferro,  
Tudo o fogo abrasou; ao crime, ao erro  
Cedeu a pompa, que a vaidade um dia  
Arrastara com bárbara torpeza:  
No cadáver das pedras a grandeza  
Descobre o que seria:  
Votos que o desengano em ti recebe  
Só a ideia percebe;  
Aqui foi Mênfis, diz o caminhante;  
Ali foi Babilônia, e passa avante.

4

Mortais, vossa loucura  
É só o que nas vossas obras dura;  
Pouco importa, que artífice perito  
Do cinzel, ou da lima esgote o empenho;  
Que no Dórico rasgo, ou no desenho  
Do Coríntio esquisito  
Consagre ao tempo os monumentos raros;  
Vós, ó dentes avaros  
Devorais insensíveis tudo quanto  
Se armara para o gosto, e para o espanto.<sup>14</sup>

5

Quão pouco é necessário  
A nossa habitação! No giro vário  
Do mundo, que em costumes degenera  
É que achou nossa errada fantasia  
As altas torres, que erigir devia:

---

<sup>14</sup> Sentimo-nos instigados a associar os versos desta estrofe, como também os seguintes, a uma velada crítica do poema ao grandioso monumento que estava, provavelmente na época em que escreveu esta ode, sendo construído em Vila Rica: a Casa de Câmara e Cadeia, hoje Museu da Inconfidência. Erguido pelo governador Cunha Menezes na década de 1780, este projeto também recebera nas “Cartas Chilenas” uma crítica severa de Tomás Antônio Gonzaga. Neste trecho da ode também se revela o conhecimento arquitetônico do erudito Cláudio Manuel, que inclusive expressa um desprezo pessoal pelo “esquisito coríntio”, estilo derivado do jônico na antiguidade clássica. Deste estilo são também as colunas que sustentam o prédio construído pelo “Fanfarrão Minésio” em Vila Rica.

Não era assim, não era  
 Quando a naufraga Mãe pedras lançando  
 Via estar-se animando  
 A geração primeira, que seu ninho,  
 Buscou no freixo, no carvalho, e pinho.

## 6

Só tu, Pastor ditoso,  
 Só tu sabes prezar o delicioso  
 Documento da esperta natureza:  
 Sobre a silvestre cana atando a palha,  
 De própria mão solícita trabalha  
 Tua dócil destreza:  
 Entro, e registro esta adorável choça;  
 Que coisa há que não possa  
 Arrebatá-me aqui! É tosca, é rude  
 Mas nela vive a Paz, vive a Virtude.

## 7

Nem quando o cão celeste<sup>15</sup>  
 Queima os campos, receias que te creste  
 O raio abrasador; nem quando aos ares  
 Solta o vaso Órion de horrores cheio,<sup>16</sup>  
 Eu vejo que te assusta algum receio  
 Dos procelosos mares:  
 Recolhido no pobre, humilde abrigo  
 Ao doce sono amigo  
 Rendes os laços membros; teu cuidado  
 Só no romper da luz te chama ao gado.

## 8

Em que funestos Laços  
 Não vive o Grande nos dourados Paços!  
 Que imagens de desgosto, e de agonia

<sup>15</sup> Os raios são aí designados como “Cão Celeste”.

<sup>16</sup> Órion, na Mitologia Grega, era filho de Poseidon e de uma mortal. Atraído pelas Plêiades, filhas de Atlas, e sem saber como encontrá-las, Zeus mostrou a Órion um caminho nas estrelas para chegar até elas; caminho este que ficaria conhecido como a Constelação de Órion. A expressão “solta o vaso Órion” aí se refere ao derramar das tempestades e raios do Céu.

Em cada Jaspe liso não descobre?  
Se é que o debuxo de Sidonia<sup>17</sup> cobre  
    O leito, em que dormia,  
Se a cabeça descansa em mole pena,<sup>18</sup>  
    Qual hora tão serena  
O viu jamais no seu repouso? Unido  
Ao vaidoso aparato anda o gemido.

9

Choras, mas porque queres,  
Tu forjas o punhal com te feres.  
Deixa os soberbos Feitos, vem comigo  
Habitar esta rústica cabana;  
A orgulhosa ambição, a inveja insana  
    Aqui não tem abrigo;  
A paz suave nestes campos mora;  
    Desde que rompe a Aurora  
Até que o Sol se esconda no horizonte  
Tudo é prazer, ó Grandes, neste monte.<sup>19</sup>

10

A prática inocente  
Entretém junto ao lume a simples gente,<sup>20</sup>  
Que aos seus rediz recolhe o manso gado;  
Não se ouve murmurar da mão que erguera  
Ao grau mais algo ao vil da baixa esfera:  
    Não se fala do Estado  
De algum Ímpio, que a grande soma ajunta;

---

<sup>17</sup> Sidônia, na Antiguidade, era a região do Líbano. Os gregos chamavam os sidônios de fenícios. Ainda existe a cidade de Sídon, no Líbano atual. O poeta se refere ao risco, à planta, ao projecto arquitetônico da cidade de Sídon.

<sup>18</sup> “Mole pena” era expressão usual dos poetas para designar os travesseiros, feitos de pena de aves.

<sup>19</sup> Os montes e penhas, nos primeiros poemas após o retorno de Cláudio Manuel da Europa, seriam sinais de martírio, melancolia, degredo. Agora assumiriam, na ode, uma conotação positiva.

<sup>20</sup> Mais do que convenção bucólica, aqui está retratado o velho costume rústico de se sentar prazerosamente em volta da fogueira, ainda típico no interior das Minas; tradição comumente associada às modas de viola e aos “causos” divertidamente contados pelos mais velhos.

Tão pouco se pergunta  
Quando a mercante Nau ao porto cheia  
Há de voltar da oriental areia.

**11**

Se em cólera abrasada  
Fere de Marte a fulminante Espada,  
Não pense que dos Pórticos, e Torres  
Abandone a magnífica estrutura;  
Ela não descerá soberba, e dura.  
Sobre esta área que corres;  
Onde de balde à militar Licença  
O roubo se dispensa;  
Dos carbúnculos, das pérolas, e do Ouro  
Tinge, ou esmalta o vencedor o Louro.<sup>21</sup>

**12**

Eu te beijo, e saúdo,  
Habitação bendita, ao dente agudo  
Da macilenta inveja aqui resisto;  
Edificai Palácios, vós, que a pele  
Prezais entanto, do Carneiro de Helle;  
Mas vede, que com isto  
Dais ao tirano, que inda Roma acusa  
As chamas, em que a Musa  
Do cantor grego se deleita, enquanto  
O Simoenta ardia, e ardia o Xanto.<sup>22</sup>

<sup>21</sup> Carbúnculos são rubis. Estes são versos fortes, que dizem da forma como os conquistadores se apossam das riquezas das terras para tingir, ou esmaltar, as suas coroas.

<sup>22</sup> O carneiro de Hele era, na Mitologia Grega, um carneiro voador feito com lã de ouro, que o Deus Hermes usara para salvar Frixo e sua irmã Hele. Simoenta é o nome de um rio próximo à cidade de Tróia; Xanto era um dos rios da antiga província romana da Lícia. Ambos arderam em fogo e foram cantados nos poemas homéricos. No poema, em riquíssimo jogo metonímico, Cláudio Manuel diz do apreço que os grandes têm pelo ouro, pelas riquezas materiais, atraindo com isso para si as mesmas chamas com que os deuses castigaram os rios, nos poemas de Homero.

13

Se o filho de Agripina  
A cena iguala da fatal ruína  
É porque às altas Torres de Tarpeia  
Correspondem do Dárdano as muralhas.  
Os Capitéis, os Frisos, as Cimalhas  
Lhe dão do Ílion a ideia;  
Não fora assim, se em míseras cabanas  
Visse as Legiões Romanas  
Postadas junto ao Tibre, qual um dia,  
Quando a Virtude ao Luxo em vão cedia.<sup>23</sup>

14

Sagrada temperança,  
Divino dom do céu por ti se alcança  
O bem, que a instável Roda não altera.  
Feliz o sábio por ti vive; nada  
Do Macedônio o inquieta a vista armada;  
Maior se considera  
Que o vencedor da Pérsia; ele suspira;  
Confessa, que delira:  
Pouco importa, que sobre a Terra mande:  
Pode Alexandre ser, mas não ser grande.

---

<sup>23</sup> Versos que hoje nos afiguram, juntamente com a estrofe anterior, como os de maior complexidade do poema, dada pela própria erudição do poeta; que se utiliza facilmente do seu conhecimento para tecer relações metafóricas e metonímicas de grande riqueza estética e retórica. O filho de Agripina, no poema, é Calígula (12-41 d.C.), imperador Romano, conhecido também pela sua extravagância nos projetos de construção de grandes monumentos, a maioria deles de utilização privada. Tarpéia, na Roma antiga, era uma das encostas do monte Capitólio, usada para a execução de traidores do Império. No Capitólio foram erigidos suntuosos templos em louvor aos deuses do Olimpo. Dárdano, um dos últimos reis mitológicos da Grécia, teria fundado a Dardânia e um dos seus filhos, Tros, erguido a cidade de Tróia. Capitéis, frisos, cimalhas, são nomes que designam alguns elementos da arquitetura greco-romana, mas que permaneceram usuais até o neoclássico. Ílion é o nome que também designa Troia, na *Iliada* de Homero. Os versos desta estrofe querem dizer que a “fatal ruína” a que levaria a vaidade da construção dos grandes monumentos é igual, seja em Roma, seja em Tróia, independente dos elementos arquitetônicos. Vaidade do luxo, inimiga da virtude, que não beneficiaria aqueles que servem, pois “em míseras cabanas” se postavam, “junto ao Tibre”, “as legiões romanas”.